

Três propostas para mudar a política da dívida externa

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO

O empresário Abílio Diniz, o ex-ministro do Planejamento Celso Furtado e o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, concordaram ontem, ao participar de simpósio sobre economia e finanças, promovido pelo PMDB, em Belo Horizonte, que é preciso dar novo tratamento à dívida externa brasileira.

Abílio Diniz entende que a adoção de uma política de crescimento econômico moderado, "tão necessária para reduzir as pressões sociais que se tornam insuportáveis dentro de um regime democrático", não implica rompimento com os organismos financeiros internacionais. Para ele, basta a "redefinição de alguns parâmetros de política econômica com o FMI, junto com condições mais estáveis para a rolagem do principal da dívida com os banqueiros internacionais, envolvendo negociações plurianuais".

O Brasil, na opinião do empresário, necessitará de novos recursos nos dois próximos anos no valor de US\$ 6 bilhões para financiar o déficit em transações correntes e permitir a acumulação de reservas cambiais.

Para que esse aporte de recursos possa ser realizado, Abílio Diniz acredita que tanto o País como seus credores precisam assumir alguns compromissos básicos:

ao Brasil caberia pagar em dia seus compromissos externos, desde que as condições da economia internacional não se deteriorassem a ponto dos desembolsos comprometerem uma taxa mínima de crescimento. Teria, também, de adotar uma políti-

ca econômica coerente com o reequilíbrio do balanço de pagamentos e, finalmente, garantir aos credores a manutenção do controle dos déficits públicos e implementação de uma política de combate à inflação.

Em contrapartida, os credores se comprometeriam a negociar a dívida em períodos mais abrangentes e a financiar as necessidades adicionais de recursos que serão necessários até o término do período de ajuste. Além disso, os bancos assumiriam o compromisso de fornecer recursos adicionais de forma a recompor as reservas internacionais a nível satisfatório.

AUTO-EMPRÉSTIMO

Para o ex-ministro do Planejamento Celso Furtado, o Brasil não conseguirá, no entanto, o mesmo desempenho nas exportações obtido este ano e os bancos internacionais não se disporão a fazer uma nova operação "tipo jumbo", injetando dinheiro novo no País. Sendo assim, ele acredita que restarão duas opções para 1985: ou "queimar" as reservas cambiais acumuladas este ano ou reduzir mais ainda as importações.

Em qualquer das duas opções, o resultado, segundo ele, será a falta de condições para a retomada do desenvolvimento, "tão necessária e desejada por todos". Assim, Celso Furtado entende que o País tem de encontrar fórmulas para se "auto-emprestar" os recursos que os bancos, segundo ele, não fornecerão.

Já o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, defendeu a necessidade de o Brasil promover o seu "desengajamento temporário e parcial do sistema financeiro internacional". Para ele, esse afastamento poderia durar cinco anos.

Paulo Lira não tem dúvidas de que "a dívida externa não pode ser paga nas condições em que está contratada", devendo o País modificar a forma de pagamento dos juros, capitalizando-os durante cinco anos e só retornando a pagá-los ao final desse prazo.

PACTO

Abílio Diniz criticou ainda o pacto antiinflacionário entre governo e empresariado. Para ele, o acordo poderá levar a uma diminuição do processo inflacionário nos próximos 60 ou 90 dias, mas poderá também atuar como uma bomba de efeito retardado, que explodirá no próximo governo.



Arquivo

Diniz: pacto é uma 'bomba'